



## 1 ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA 2 HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA − CT-SHQA

No dia 02 de julho de 2019, às 09 horas, iniciou-se a 35ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de

4 Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA), com abertura por sua coordenadora, Regina

- Pimenta Assunção, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), que deu
- 6 prosseguimento à pauta, conforme relatado a seguir. A reunião ocorreu no Auditório do INDI
- 7 (Rua Bernardo Guimarães, 1587, 6º andar Belo Horizonte/MG). Os participantes constam da
- 8 lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos
- 9 principais debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê
- 10 Interfederativo.

5

28 29

30

31

32

33 34

35

36 37

38

39

40

41

42 43

44

Referente ao item 1 de pauta, Informes da coordenação da CT-SHQA sobre os últimos 11 12 encaminhamentos necessários para andamento dos Programas destinados a esta CT e aprovação da ATA da 34ª Reunião Ordinária da CT, a Sra. Regina mencionou a realização de uma reunião de 13 alinhamento na Cidade Administrativa de Minas Gerais, com a presença de membros de 07 14 15 Câmaras Técnicas (CT-FLOR, CT-Saúde, CT-INFRA, CT-BIO, CT-EI, CT-GRSA e CT-SHQA), para 16 debate de direcionamentos da gestão do Rio Doce junto à SEMAD. Relatou que o grupo foi criado 17 para uma interlocução entre Câmaras Técnicas afins que tivessem uma interligação direta com o Manejo de Rejeitos e após realizada votação na reunião supracitada, decidiu-se por continuar 18 19 com o grupo para avaliação das atividades da Renova. Após contribuições dos membros a ata da 20 34º Reunião Ordinária da CTSHQA foi validada. Os membros da CT ficaram responsáveis por 21 enviar sugestões de datas para as próximas reuniões, atualizando o calendário da CT. A Sr. Regina 22 informou que a Minuta da Nota Técnica referente ao descumprimento da notificação CIF nº 23 22/2018 será disponibilizada até o dia 02/07/2018. Informou da realização de uma reunião com os responsáveis envolvidos no Programam de Abastecimento de Água de Governador Valadares 24 (SAAE) no dia 01/07/2019. Informou que o IGAM indicou o Sr. Heitor Moreira para acompanhar 25 todas as reuniões do CIF/CT e alinhar possível participação do GTA PMQQS. Informou ainda que 26 27 será necessária uma atualização da lista dos membros da CT e dos GT's.

Referente ao item 2 de pauta, Apresentação de NT do GT Abastecimento sobre a construção da adutora para o Rio Manhuaçu/ Distrito de Santo Antônio do Rio Doce/ Validação da NT - 45, a Sra. Regina informou que no dia 01/07/19 foi realizada uma reunião com os integrantes do GT Abastecimento, representantes do SAAE e prefeitura de Governador Valadares e a equipe do Programa 32 e de infraestrutura da Renova, onde foi apresentado o andamento das ações de melhorias das ETAS da Sede e localidade de São Vitor e da adutora a partir do rio Corrente. Referente ao pleito do SAAE de Aimorés ao CIF, relatou que a equipe técnica do município de Aimorés solicitou captação de água no Rio Manhuaçu, para não utilizar a ETA de captação no Rio Doce, devido à preocupação com a turbidez e com a violação de parâmetros de metais, porém informou que o IGAM não detectou a violação dos parâmetros mencionados. O GT Abastecimento, após avaliar ofício apresentado pelo SAAE, contendo o embasamento técnico para justificar a redução de captação no rio Doce em 100%, não se sentiu seguro para elaborar uma Nota Técnica para submeter ao CIF. O Sr. Tiago, representante da Ramboll, ponderou que, após conversa com representantes do SAAE, via telefone, e equipe do Programa 32, ficou marcada uma reunião no dia 09/07, no município de Aimorés, com a participação da Fundação Renova, e representantes do SAAE/Aimorés, para que discutam sobre o projeto pleiteado pelo SAAE, conforme às orientações do GT Abastecimento e assim, após ajustes, o SAAE deverá





submeter um novo parecer técnico à CT-SHQA/CIF. O Sr. Albino, representante da COPASA, ponderou que o Rio Doce tem condições de fornecer água para ser tratada e consumida pela população. A Sra. Regina sugeriu inserir todas as informações discutidas na NT em questão e informar ao CIF os argumentos técnicos sobre o tema. A Sra. Jamyle, representante do Ministério da Saúde, relatou que, caso seja apresentada uma justificativa técnica factível, o GT encaminhará um parecer favorável ao CIF quanto ao projeto pleiteado. A Sra. Rafaeli ponderou que o engenheiro da Fundação Renova manifestou que não seria necessário aumentar a captação no Rio Manhuaçu e não são necessárias melhorias na ETA da sede. Informou que o GT propôs que esse engenheiro sugira adequações no projeto junto ao SAAE, ponderou ainda que ele sugeriu que a UTR seja construída na ETA da sede de Aimorés, e não na ETA de Santo Antônio do Rio Doce, sendo a sugestão muito pertinente. O Sr. Albino demonstrou a preocupação em abrir precedentes para que outros municípios solicitem projetos para a captação alternativa e que esses projetos caminham para a contra mão do princípio da viabilidade econômico financeira dos sistemas. O Sr. Flávio ponderou que, caso haja justificativa plausível, o SAAE deve arcar com os custos de operação e manutenção do novo sistema alternativo de abastecimento de água, deixando claro para a população que deverá ser pago um valor mais alto pelo tratamento diferenciado. A Sra. Milena relatou que a função da CT é analisar o projeto com base na qualidade da água e avaliar apenas o mérito técnico, não julgando a decisão dos atingidos ou dos municípios. A Sra. Rafaeli apresentou os encaminhamentos da NT nº 45 da CT-SHQA com os ajustes realizados na reunião do dia 01/07, visto que a NT foi validada pelos membros na reunião anterior da CT.

Referente ao item 3 de pauta, Retorno sobre o Relatório Anual do PMQQS, PG-038, a Sra. Emilia, representante do IEMA, informou que a Renova postergou o prazo para envio do relatório por 3 vezes, que no relatório e na apresentação realizada para o GTA PMQQS foram encontradas divergências e ainda não houve tempo para a emissão da NT sobre a análise desse relatório. Citou que a Renova encaminhou 2 ofícios relacionados com o GTA, o primeiro se refere à solicitação para a participação na construção dos documentos do GTA e o segundo é uma resposta da Renova sobre a qualidade da água, baseado na Resolução CONAMA nº 357, em referência à NT – 33 do GTA. Ressaltou ainda que este segundo ofício não foi encaminhado oficialmente para o GTA-PMQQS, e devido a este fato o GTA não irá se posicionar. Com o intuito de descobrir o porquê esse ofício não foi encaminhado ao GTA, buscou-se junto a SECEX como foi o encaminhamento, e se o GTA deveria se posicionar. Devido ao tempo que passou, a SECEX encaminhou apenas para conhecimento e ciência, no mesmo dia que foi feito contato (durante a CT).

Referente ao item 5 de pauta, Apresentação de NT sobre pleitos de MG, a Sra. Fernanda, representante da SECIR, iniciou a apresentação de um resumo dos pleitos do mês de junho. Em relação ao pleito do município de São Domingos do Prata, referente à implantação da coleta seletiva no local, informou que a FEAM tem acompanhado o projeto junto ao município e o GT-ESRS tem o entendimento de considerar o pleito apto. Em relação ao pleito do município de Resplendor, que tinha o pleito aprovado para utilizar todo o recurso na sede e agora solicita distribuir os recursos em alguns distritos. O Sr. Albino ponderou que a COPASA não está nas conversas sobre esse pleito e que deve ser analisada como será feita a operação dos sistemas, não unicamente a aplicação, devendo ser adequada e sustentável. A Sra. Fernanda informou que está prevista a capacitação dos operadores e que o pleito foi considerado apto. A Sra. Milena



90 91

92

93

94

95

96 97

98

99

100

101

102

103

104105

106107

108

109

110

111

112

113

114

115

116117

118

119

120

121

122

123

124

125

126127

128

129

130

131

132

133



frisou que a questão da sustentabilidade deve ser levada em conta, que existe uma equipe para realizar a capacitação e apoio técnico ao município e que os bancos também analisam os projetos. Em relação ao pleito do município de Belo Oriente, a Sra. Fernanda informou que o município já havia solicitado um pleito anteriormente sobre a distribuição dos recursos e nesse atual pleito é solicitada a utilização de recursos no distrito de Cachoeira Escura. Frisou que o município observou que o valor da execução da obra é maior do que já se tinha e por isso pleiteia essa redistribuição. No entanto, relatou que o município não apresentou a documentação necessária para a realização da obra. A Sra. Milena sugeriu deixar claro na NT o motivo da reprovação do pleito, informando que os recursos já estão garantidos para o município e que falta a apresentação de toda a documentação necessária para a execução da obra. Em relação ao pleito do município de Dionísio, a Sra. Fernanda informou que o recurso solicitado é maior do que o disponível, sendo necessário adequar e equalizar o projeto de acordo com o recurso que se tem, com o auxílio do apoio técnico fornecido pela Fundação Renova. Sendo assim, o pleito foi considerado inapto. Em relação ao pleito do município de Caratinga, pontuou que existem problemas na documentação pois, quanto à solicitação de destinação dos recursos, existe inconsistência entre o ofício enviado pelo município e o formulário de pleitos. Informou ainda que o valor do projeto para 10 distritos foi superior ao valor previsto, sendo assim foi pedido reembolso desse valor para a Fundação Renova. Devido a essas divergências o pleito foi considerado inapto. Criticou que os pleitos dos municípios não estão caminhando conforme planejado e a Sra. Milena ponderou que essas inconsistências ocorrem pois a Renova não está seguindo o documento das diretrizes, mas caso a Renova comprove que o está seguindo uma análise mais detalhada deve ser feita. O Sr. Tiago, representante da Ramboll, ponderou que é necessário deixar bem claro o escopo do apoio técnico, bem como suas responsabilidades e o que não cabe a ele. Em relação ao pleito do município de Governador Valadares, o Sr. Fernando, representante da ARSAE, apresentou uma NT da análise do pleito sobre o esgotamento sanitário do município. Explicou vários pontos e um parecer técnico das análises realizadas sobre 2 ofícios enviados pelo município, analisando se o sistema proposto é viável ou não e se houve a sobreposição de fontes diferentes para o mesmo recurso. A Sra. Milena informou que a CT deve focar na alteração do pleito, o que havia sido solicitado anteriormente e qual é o novo pleito. Ponderou que existem ações que extrapolam a função da CT, como fazer essa análise de sobreposição dos recursos. A Sra. Fernanda informou que a situação do pleito de Governador Valadares é específica e complexa, por isso foi solicitado à ARSAE realizar uma NT sobre esse pleito. Frisou que o trabalho do Sr. Fernando foi complexo, minucioso e rico de informações mas o prazo para analisar a NT e encaminhá-la ao CIF ficou curto. A Sra. Regina ponderou que deve existir outra NT sucinta e direta feita pela CT, além de uma Minuta de Deliberação para ser sugerida ao CIF. O Sr. Sebastião Siqueira, representante do SAAE/Governador Valadares, relatou que o SAAE se esforçou e entregou a documentação no prazo. Ficou definido que o GT-ESRS analisará a Minuta de NT proposta pelo Fernando, será emitida uma NT da CT com uma Minuta de Deliberação para ser analisada na 36ª Reunião Ordinária da CT-SHQA.

Referente ao item 4 de pauta, Proposta de alteração nos fluxos de análises dos pleitos municipais do PG-31, a Sra. Milena retomou o que foi discutido na 34ª Reunião Ordinária da CT-SHQA sobre a proposta de alteração do fluxo de análise dos pleitos dos municípios, para que a Renova assuma essa responsabilidade. Alertou que existe o risco do CIF, após a apresentação da análise pela Renova, repasse para a CT validar, o que não é o objetivo. Sendo assim, pontuou que a proposta a ser construída pela CT é de que o CIF encaminhe para validação da CT apenas as análises dos



135

136

137

138139

140

141

142143

144

145146

147

148

149

150

151

152153

154

155

156157

158159

160

161

162

163

164

165

166

167168

169170

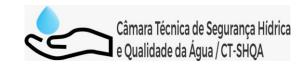
171

172

173

174

175



pleitos onde for identificada alguma dúvida ou questão a ser aprofundada. Foi discutido que essa articulação deve ser feita também com o Ministério Público. O Sr. Flávio ponderou que, como o recurso financeiro destinado a cada município já está definido, a análise da CT deve ser feita com base na aderência do pleito ao TTAC e às Deliberações do CIF, e que a nova proposta é para dar agilidade no processo. A Sra. Milena informou que tratará da nova proposta internamente no GT-ESRS, com a participação do MPF, e uma proposta concreta será apresentada na 36ª Reunião Ordinária da CT-SHQA para análise dos membros.

Referente ao item 7 de pauta, Apresentação do relatório de análise do projeto da ETE Aviso (pleito de Linhares/ES) e encaminhamento de informe ao CIF, a Sra. Monica Perin, representante da Fundação Renova, iniciou uma apresentação sobre a análise do pleito. Relatou que para aprovação do pleito a vazão da ETE seria modificada, relatou também que a outorga para lançamento do efluente e as licenças prévias ainda não foram emitidas. Informou que o projeto apresentado não traz um estudo de concepção de acordo com a NBR, não foram apresentadas alternativas de validação da ETE de acordo com os aspectos necessários e não foram apresentados estudos de manutenção e reparação de energia elétrica. Frisou que não possui informações suficientes da ETE já existente e poucas informações do SAAE que possam validar o sistema proposto. Informou ainda que o projeto apresentado se demonstrou frágil por ser uma ETE extremamente complexa, que não foi apresentado projeto de logística dos caminhões, registro de efluentes, e sem previsão de acompanhamento operacional. A Sra. Milena informou que o pedido para a Renova fazer a análise desse pleito foi divergente do fluxo normal e que o BANDES e a Renova já se posicionaram em relação ao tema, sugeriu então que a Renova envie ofício informativo ao CIF sobre a situação do município. A Sra. Bruna, representante da Renova, informou que encaminhará ao CIF o parecer do BANDES e todo o trâmite que está acontecendo junto ao município, baseado em documentos acordados anteriormente. Ponderou que se reunirá com o município para entender quais são as demandas e incongruências. A Sra. Bruna questionou se a CT entrou em contato com o CIF para esclarecimento sobre a solicitação de reembolso do município de Colatina e se esse reembolso poderia ser utilizado em qualquer tipo de serviço, conforme discutido na última reunião da CT. O Sr. Albino ponderou que não é correto que o município solicite reembolso sem uma análise prévia do projeto e que essa prática não deve ser recorrente. A Sra. Bruna solicitou que a CT-SHQA sane essa dúvida com o CIF pois solicitações semelhantes serão enviadas para a equipe do PG-31.

Referente ao item 6 de pauta, Retorno sobre a rodada de reuniões com os municípios sobre o PG-31, a Sra. Milena informou que a Renova realizou rodada de reuniões com municípios capixabas sobre o programa, com a participação de membros da CT, a fim de extrair o maior número de informações e necessidade de apoio técnico e capacitação para que a Renova realize um planejamento estratégico para atender a esses municípios e emita um relatório explicando qual é o escopo do serviço que será realizado. A Sra. Bruna informou que muitos municípios de MG pedem a aprovação dos pleitos pela Fundação Renova sem que a solicitação seja reportada ao CIF, relatou das reclamações por parte dos licenciamentos, que muitas vezes dependem de aprovação das Superintendências Regionais de Meio Ambiente. Relatou a necessidade da participação de membros da CT nas reuniões trimestrais com os municípios de MG e que os representantes desses municípios e prefeitos estão engajados com o Programa.



177

178

179180

181

182

183

184

185 186

187

188

189

190

191192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203204

205

206

207

208209

210

211

212

213

214215

216

217218

219

220



Referente ao item 8 de pauta, Proposta de integração dos relatórios periódicos do PG-31, a Sra. Bruna informou que o Programa sofreu várias mudanças nos últimos tempos e havia algumas entregas que foram sobrepostas e outras que não estava sendo eficazes. Sendo assim, apresentou as Cláusulas, Deliberações e NT's que o PG-31 deve atender. Citou o relatório descrito na Cláusula 192 do TTAC, que é enviado pela Renova ao CIF e esse relatório se manteve nas entregas. Cita a Deliberação CIF nº 224, que especifica a definição dos indicadores do Programa de Esgotamento Sanitário, relatando que a Renova entendeu que os indicadores do Plansab não eram os ideais para acompanhar o andamento físico do Programa. Frisou que montará uma proposta para novos indicadores físicos e que os outros indicadores foram atendidos conforme orientados pela CT. Ponderou que existe muita informação acerca do tema sendo gerada e apresenta em uma planilha os pontos mais importantes destacados dessas informações captadas. Mostrou os indicadores propostos e explicou como cada um está sendo utilizado. Informou que a NT solicita a apresentação do cronograma em uma ferramenta de projetos e se utilizou o MS Project. Informou que o indicador relacionado com os formulários aplicados aos municípios depende do envio e da avaliação feita pelo município. Citou a avaliação quantitativa de repasse, que é feita por demanda, o percentual do caminho crítico e desvio de execução. Mostrou as planilhas e gráficos dos indicadores, os relatórios de apoio técnico e que os relatórios de atividades do BDMG e do BANDES são enviados mensalmente. Por fim, propôs que a entrega seja feita por meio do cronograma no MS Project com a planilha do plano Macro e Mensal e os indicadores de acompanhamento do Programa, sendo entregas mensais. A Sra. Silmara, representante da Renova, iniciou a apresentação de uma nova ferramenta para a gestão dos dados, chamada B.I. (Business Intelligence), a fim de substituir as planilhas e mostrá-las de uma forma dinâmica. Relatou que é uma ferramenta de gestão interna a base de dados brutos e que gera informações para solucionar os problemas encontrados. O Sr. Gilberto Sipioni, representante do IEMA, informou que a ferramenta interna é paga mas existe a possibilidade de disponibilização de um acesso para consulta, solicitando que a Renova analise essa possibilidade. Por fim, a Sra. Bruna ponderou que a Renova está utilizando diversas ferramentas de gestão a fim de trazer os melhores resultados para o Programa e que acredita estar caminhando corretamente no andamento desse Programa.

Referente ao item 9 de pauta, entrega do Relatório Anual do PMQQS, a Sra. Ana Paula, representante da ANA, apresentou a NT-34 do GTA PMQQS, aprovando o relatório trimestral simplificado, com os dados de agosto a outubro de 2018. Quanto à NT-35 do GTA PMQQS, que trata da participação da Renova no GTA PMQQS, o Sr. Gilberto informou que pela Cláusula Quadragésima Primeira do TAC-Gov a Renova não teria direito a participar da elaboração das NT's e Minutas de Deliberação, porém a Sra. Eloá, representante da Renova, relatou que solicitase apenas a participação nas reuniões e não na elaboração dos documentos. A Sra. Emilia informou que a apresentação das Notas Técnicas geradas pelo PMQQS será trazida para a parte aberta das reuniões da CT-SHQA. O Sr. Gilberto informou que o Programa está na fase de reformulação e existem outras solicitações para participação na revisão do PMQQS, sendo assim foi desenvolvido um formulário que será distribuído para as Câmaras Técnicas, para que estas solicitem a inclusão de pontos, parâmetros ou frequência nas ações do GTA PMQQS e será realizado um Workshop sobre o Programa no mês de setembro. A Sra. Juliana Bedoya, representante da Renova, demonstrou a preocupação com o prazo de realização do Workshop pois ele pode alterar a forma como o Programa será conduzido. Ponderou não discordar com a metodologia proposta mas se preocupa muito com o prazo, sugerindo reduzir o período de



222223

224

225

226

227228

229

230231

232

233

234

235

236237

238239

240

241

242

243

244

245

246

247

248249

250

251

252

253

254

255

256

257258

259

260

261

262

263

264

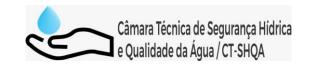
265



captação das contribuições previstas no formulário. A Sra. Ana Paula, representante da ANA, relatou que existem atrasos ocasionados pela própria Renova, como protelamento na entrega do Relatório Anual, mas é preciso realizar uma revisão com calma e robustez para contemplar o propósito do Programa. A Sra. Juliana demonstrou novamente a preocupação em manter a continuidade do Programa, uma vez que o processo contratual e concorrencial da Renova é lento e um projeto do valor do PMQQS necessita de análise e aprovações de setores internos da Fundação, inclusive do Conselho Curador. A Sra. Emilia frisou a necessidade de maior participação e colaboração do IGAM e da AGERH para maior agilidade nas atividades do PMQQS, principalmente nessa fase de revisão do Programa. O Sr. Heitor, representante do IGAM, ponderou que analisará internamente para realizar essa participação de forma mais efetiva, porém esbarra em questões estruturais da falta de mão de obra do órgão, relatou que dará uma resposta relativa a essa participação. A Sra. Emilia apresentou a NT-47 da CT-SHQA, relacionada com o GT-Coloides. Relatou que esse GT ficou responsável por elaborar um Plano de Amostragem para o Complexo de Germano a fim de repetir as análises dos anos anteriores. Mostrou a introdução, o plano de amostragem, objetivos e conclusões da NT. Informou que a CT-Saúde solicitou a inclusão de pontos de estuário na análise do GT e, em tratativas com a Renova e com o Lactec, ficou definido não incluir esses pontos no momento. Demonstrou como a malha amostral foi feita e informou que a Renova solicitou inclusão de um ponto para análise no Rio Gualaxo do Norte. Apresentou as sugestões de encaminhamentos para os membros. Houve sugestões de correções no texto. A Sra. Juliana questionou a real necessidade de ter 4 pontos de análise no dique S3, questionou que existem metais colocados na NT que não se encontram no PMQQS, questionou que a análise de urânio está sendo feita por outros trabalhos e frisou que não existe contrato atualmente na Renova para atender à forma como o monitoramento está posto. Informou que o prazo de contratação da Renova varia entre 120 e 150 dias e a data proposta na NT não é possível de ser atendida devido aos trâmites contratuais internos. A Sra. Emilia explicou que amostras de urânio, prata e zinco foram encontradas nos relatórios da Golder feitos na região e, análises pretéritas, demostrando assim o porquê da manutenção destes parâmetros. A Sra. Ubaldina informou que houve uma corrida de rejeitos em épocas diferentes do dique S3 por isso acredita que a análise em 4 pontos desse dique é justa. A Sra. Juliana frisou que algumas análises são tidas como emergenciais e outras não, sendo que isso é um ponto de conflito. Ponderou que não existe consenso entre os órgãos quanto a isso e o assunto não é emergencial, por isso deve realizar um processo de contratação e provavelmente ele não é passível de ser feito ainda esse ano. Relatou que mesmo notificando e impondo as sanções, o prazo de 120 a 150 dias para a contratação é regulamentar da Renova, considerando as análises de Compliance, suprimentos, compras, trâmites com o Ministério Público e diversas auditorias, informando que no mês de dezembro consegue finalizar a contratação para atuar no mês de janeiro de 2020. A Sra. Brígida, representante da Renova, ponderou que foi realizada uma reunião no dia 06 de junho e foi acordado que, caso o Programa fosse otimizado, as análises seriam passíveis de entrega, uma vez que o número é muito alto. Em concordância, Sra. Emilia reformulou as datas propostas na Deliberação para ser encaminhada ao CIF.

Referente ao item 10 de pauta, Apresentação da Minuta de Revisão Extraordinária do TTAC para o escopo do PG-31, a Sra. Regina retirou o item da pauta, informando que será necessária uma maior conversa com a Renova e discussão em cima do conceito do objetivo do Programa, a fim de alterar a Cláusula 169 do TTAC. Ponderou a necessidade de enviar a Minuta para a IAJ, analisar o parecer na CT e encaminhar ao CIF.





## 266 Encaminhamentos Finais

ITEM	AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL
35.1	O GT-ESRS analisará a Minuta de NT proposta pelo Fernando, será emitida uma Minuta de NT da CT com uma Minuta de Deliberação para ser analisada na 36ª Reunião Ordinária da CT-SHQA.	26/07/2019	Membros do GT- ESRS
35.2	Milena tratará da nova proposta do fluxo dos pleitos internamente no GT-ESRS, com a participação do MPF, e uma proposta concreta será apresentada na 36ª Reunião Ordinária da CT-SHQA para análise dos membros.	26/07/2019	Membros do GT- ESRS
35.3	Questionar ao CIF sobre como se dará a utilização de recursos pelos municípios que solicitarem reembolso de recursos utilizados no âmbito do PG-31.	30/07/2019	Coordenação da CT-SHQA
35.4	Verificar a possibilidade de disponibilização de acesso para consulta aos dados gerados na ferramenta B.I., da Fundação Renova aos membros da CT-SHQA.	-	Fundação Renova
35.5	Explicar como se dará a participação de membros do IGAM no GTA PMQQS.	26/07/2019	Heitor Moreira (IGAM)

## 267 Coordenação da CT-SHQA